

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

A CASAN expõe-se ao risco de perdas em decorrência de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

**Riscos relacionados à variação cambial**

A CASAN está exposta às variações nas taxas de câmbio do Real em relação ao Euro e ao Iene já que entre seus passivos encontram-se empréstimos e financiamentos nessas moedas.

No caso de desvalorização do Real em relação à moeda estrangeira em que a dívida esteja registrada, a CASAN incorrerá em prejuízo monetário em relação a tal dívida.

**Risco da taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da CASAN incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados ou diminuam a receita financeira oriundas das aplicações financeiras da Companhia.

A CASAN não possui instrumentos de proteção contra as taxas de juros. Contudo, investe o saldo do fluxo de caixa em operações de curto prazo através de instituição financeira controlada pelo Governo Federal. Dessa forma, a exposição da CASAN às taxas de juros é parcialmente limitada pelo ganho nos investimentos de curto prazo, normalmente remunerados com base na variação da Taxa DI.

**RISCO DE MERCADO**

É o risco de diminuir os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros em virtude de alterações nos preços de mercado tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O gerenciamento dos riscos de mercado objetiva controlar a exposição da Companhia a esses riscos mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizando o retorno dos investimentos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Dentre os possíveis riscos de mercado a CASAN expõe-se ao risco de perdas em decorrência de oscilações nas taxas de juros, taxas de câmbio, recebimento de crédito e diminuição de liquidez.

### **Riscos relacionados à variação cambial**

A CASAN está exposta às variações nas taxas de câmbio do Real em relação ao Euro e ao Iene já que entre seus passivos encontram-se empréstimos e financiamentos nessas moedas.

No caso de desvalorização do Real em relação à moeda estrangeira em que a dívida esteja registrada, a CASAN incorrerá em prejuízo monetário em relação a tal dívida.

Em 31 de dezembro de 2012 a CASAN possuía dívidas em moeda estrangeira de curto e longo prazo totalizando no curto prazo R\$9.101 correspondente a 8,5% das dívidas de curto prazo e, no longo prazo R\$36.952 correspondente a 25,25% das dívidas de longo prazo.

### **Risco de crédito**

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

### **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações de seus passivos financeiros liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Na administração de liquidez, a abordagem da CASAN é de garantir o máximo possível que exista liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou danos diversos.

Há que se observar a possibilidade de ocorrência de risco de liquidez em decorrência do risco cambial já que em alguns casos o recebimento de valores emprestados por organizações estrangeiras é feito em outra moeda e está sujeito

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

à variação cambial. Assim, ocorrendo diferença desfavorável no recebimento de valores em virtude do câmbio, haverá a necessidade de aumento da contrapartida paga pela CASAN e, conseqüentemente, diminuição da liquidez da companhia.

Outro ponto a ser observado é que a falha no cumprimento de obrigações contratuais por parte de clientes ou contraparte em um instrumento financeiro, além do risco de crédito, pode ocasionar o risco de liquidez, em especial, no que diz respeito à renovação das concessões.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

- a) riscos para os quais se busca proteção.***
- b) estratégia de proteção patrimonial (hedge).***
- c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).***
- d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.***
- e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.***
- f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.***
- g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.***

A CASAN não mantém uma estrutura específica de controle de gerenciamento de riscos, como também não realiza operações de “hedge”.

E na busca de reduzir os desembolsos financeiros, a Companhia busca gerenciar suas dívidas de forma a negociar a troca das dívidas existentes por dívidas de menor custo.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.**

Não houve alterações significativas.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

Uma gestão marcada pela austeridade no controle de gastos e na busca de uma maior eficiência na prestação dos serviços permitiu que a empresa registrasse no período de 2005 a 2012 lucros acumulados no montante de 180,0 milhões.

Demonstramos a seguir os principais indicadores dos últimos oito anos.

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ativo Total (AT)	1.255.355	1.317.447	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279
Patrimônio Líquido (PL)	711.304	736.064	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.642
Receita Operacional Líquida (ROL)	341.975	355.102	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155	610.342
Lucro Líquido (LL)	32.418	24.760	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418
Endividamento Geral (PC + PNC) / AT	0,43	0,44	0,43	0,32	0,37	0,42	0,44	0,44
EBITDA	92.406	87.225	144.321	79.194	92.451	27.498	75.903	117.888
EBIT	55.514	58.156	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748	56.640
Geração de Caixa	114.773	60.295	147.543	-69.080	78.461	30.241	59.798	118.260
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,15	0,10	0,09	0,09	0,14	0,12	0,11	0,11
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,44	0,28	0,28	0,30	0,12	0,13	0,42	0,45
Margem Bruta (LB/ROL)	30,50%	38,20%	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	65,98%	62,33%
Margem Operacional (LO/ROL)	11,70%	8,50%	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%
Margem Líquida (LL/ROL)	9,50%	7,00%	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	4,60%	3,40%	6,90%	1,83%	3,17%	-1,13%	0,61%	1,71%
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,24	0,26	0,73	0,98	1,02	0,94	0,54	0,49
Liquidez Corrente (AC / PC)	0,40	0,48	0,52	1,02	1,37	1,73	1,23	1,07
Impostos/Receita Bruta*	10,90%	11,80%	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%

\* Impostos = PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs.: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e considerada junto ao Patrimônio Líquido.

Fonte: Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados – DF/GCT (\*) Impostos – COFINS + PASEP + IR + CSL

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

i) hipóteses de resgate

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

Em milhões R\$	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Dívida total	208.702	258.622	237.861
Caixa e aplicações financeiras	29.951	72.345	34.710
Dívida Líquida	178.751	186.277	203.151
EBITDA	27.498	75.903	117.888
Índice Dívida Total/EBITDA	7,59	3,41	2,02
Índice Dívida Líquida/EBITDA	6,50	2,45	1,72

**Obs.:** Foram desconsideradas as Partes Relacionadas para o cálculo das Dívidas.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corporation – IFC e KFW.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do “float” da arrecadação nos agentes credenciados.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			Encargos anuais ponderados
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	
<u>Operações no Exterior:</u>							
International Finance Corporation – IFC	8.166	8.456	-	29.383	33.191	-	} IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a 3,50% 4,5% var. cambial
Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW	935	859	781	2.767	3.330	3.781	
	9.101	9.315	781	36.521	36.521	3.781	
<u>Operações no país:</u>							
Caixa Econômica Federal - CEF	10.465	11.588	14.557	32.133	40.937	49.380	} 9,87% + TR
Prosper	87.500	87.500	-	61.710	72.761	140.202	
	97.965	99.088	14557	93.843	113.698	189.582	} IPCA 12% a.a
	107.066	108.403	15.338	130.795	150.219	193.363	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 2,6954 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2,4342 em 31 de dezembro de 2011);

b) Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

**Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW**

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

**Caixa Econômica Federal**

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico. O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

**International Finance Corporation**

O empréstimo obtido com a IFC foi firmado no dia 07/10/2010 no valor de BRL 40.000 milhões, com taxa de juros de 3,5% ao ano + 6,6% ao ano (IPCA atualizado anualmente), num total de 81 meses, com período de carência de 21 meses. Pagamento do serviço da dívida trimestral, iniciando em 15/07/2012 e carência em 15/10/2011.

**Banco Prosper**

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 02 anos e prazo total de 07 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

**ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**  
Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2012

FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2013)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2014 e 2015)	Superior a 3 ano e inferior a 5 anos (2016 e 2017)	Superior a 5 anos (2018 em diante)	TOTAL
CEF	10.035.699,06	16.136.463,53	4.236.468,64	3.394.843,48	33.803.474,71
GOV DO ESTADO	7.657.017,80	15.314.035,60	15.314.035,60	42.751.682,73	81.036.771,74
KfW	930.704,62	1.861.409,24	930.704,38	-	3.722.818,24
BANCO PROSPER	37.916.666,67	70.000.000,00	42.960.000,00	-	150.876.666,67
IFC	7.616.000,00	15.232.000,00	13.344.000,00	-	36.192.000,00
JICA - Consultoria	-	-	259.572,62	4.542.520,85	4.802.093,47
					-
<b>TOTAL</b>	<b>64.156.088,15</b>	<b>118.543.908,37</b>	<b>77.044.781,25</b>	<b>50.689.047,06</b>	<b>310.433.824,82</b>

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

**Contrato:**

Diversos contratos de Financiamentos, totais de quarenta e nove (49), distribuído em diversos municípios.

**Agente Financiador:**

Caixa Econômica Federal (CEF).

**Partes:**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Caixa Econômica Federal (CEF).

**Data:**

1990 a 1998.

**Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:**

Não há.

**Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:**

Não há.

**Restrições quanto a Alienação de Ativos:**

Não há.

**Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:**

Não há.

**Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:****Interveniência do Estado e Município:**

Como interveniente anuente, o Estado de Santa Catarina, na qualidade de controlador do poder acionário da CASAN obriga-se desde já, pelo presente, em caso de uma futura privatização do ora Mutuário, a incluir no instrumento editalício

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

da privatização, cláusula contendo a exigência de que o licitante vencedor da concorrência deverá assumir a obrigações da Concessionária original, ora Mutuário, referentes as dívidas relativas a investimentos nos respectivos sistemas, inclusive quanto a manutenção das receitas tarifárias, dadas em garantia da presente operação.

Na hipótese de diminuição da garantia ora pactuada a valor inferior a 3 (três) vezes a soma dos valores dos encargos mensais, relativos as dívidas garantidas, obriga-se, o mutuário, a outorgar ao Agente Financeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, outra garantia que complemente ou substitua a existente, após prévia anuência do Agente Financeiro, sob pena do vencimento antecipado da dívida e do vencimento antecipado da dívida e exigibilidade

***Contrato:***

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

***Agente Financiador:***

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

***Partes:***

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

***Data:***

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela companhia junto ao referido banco, com a interveniência do estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a companhia ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

***Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:***

Não há

***Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Ativos:***

Não Há

***Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:***

Não Há

***Contrato:*** 92.65588***Agente Financiador:***

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

***Partes:***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau.

**Data:**

18/10/1996

**Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:**

Não há.

**Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:**

Não há.

**Restrições quanto a Alienação de Ativos:**

Não há.

**Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:**

Não há.

**Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:**

Não há.

**Contrato:** 27233**Agente Financiador:**

IFC - International Finance Corporation

**Partes:**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e IFC – International Finance Corporation

**Data:**

07/10/2010

**Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:**

Não há.

**Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:**

Não há.

**Restrições quanto a Alienação de Ativos:**

Não há.

**Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:**

Não há.

**Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:**

Não há.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Agente Financeiro	Contratos	Valor do contrato	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Total	%	Total	%
Partes Relacionadas Governo do Estado	PAC I - Programa de Aceleração do Crescimento, destinados a execução de obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	150.475.807,16	91.623.510,42	60,89%	58.852.296,74	39,11%
* JICA	BZ-P16 - Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina	342.184.720,00	4.802.093,47	1,40%	337.382.626,53	98,60%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SES Laguna	25.842.709,36	1.545.272,88	5,98%	24.297.436,48	94,02%
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>518.503.236,52</b>	<b>97.970.876,77</b>	<b>0,68</b>	<b>420.532.359,75</b>	<b>81,10%</b>

Data base: 31/12/2012

\* Taxa Ienes utilizada 0,02372

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2012 em relação à 31/12/2011:

Item	2011	AV	2012	AV	AH
Disponibilidades	9.161.186	0,40%	12.422.016	0,55%	35,59%
Titulos e Valores Mobiliários	63.183.645	2,76%	22.287.535	0,99%	-64,73%
Contas a Receber de Clientes	104.821.902	4,58%	124.412.077	5,54%	18,69%
Partes Relacionadas	3.841.886	0,17%	2.559.900	0,11%	-33,37%
Estoques	27.061.133	1,18%	28.653.878	1,28%	5,89%
Outros	62.890.118	2,75%	66.442.549	2,96%	5,65%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>270.959.870</b>	<b>11,84%</b>	<b>256.777.955</b>	<b>11,43%</b>	<b>-5,23%</b>
Contas a Receber de Clientes	6.770.439	0,30%	7.183.750	0,32%	6,10%
Depósitos Judiciais	88.531.746	3,87%	79.978.392	3,56%	-9,66%
Ativo Fiscal Diferido	76.558.270	3,35%	81.229.057	3,61%	6,10%
Ativo Financeiro	96.152.080	4,20%	59.274.913	2,64%	-38,35%
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>268.012.536</b>	<b>11,71%</b>	<b>227.666.112</b>	<b>10,13%</b>	<b>-15,05%</b>
Investimentos	303.589	0,01%	303.589	0,01%	0,00%
Imobilizado	28.436.964	1,24%	28.730.548	1,28%	1,03%
Obras em Andamento	168.316.555	7,35%	219.393.618	9,76%	30,35%
Intangível	1.552.481.196	67,84%	1.514.407.521	67,39%	-2,45%
<b>Ativo Permanente</b>	<b>1.749.538.303</b>	<b>76,45%</b>	<b>1.762.835.277</b>	<b>78,44%</b>	<b>0,76%</b>
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>2.017.550.839</b>	<b>88,16%</b>	<b>1.990.501.389</b>	<b>88,57%</b>	<b>-1,34%</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.288.510.710</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.247.279.344</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,80%</b>
Empréstimos e Financiamentos	108.402.969	4,74%	107.065.844	4,76%	-1,23%
Fornecedores e Empreiteiros	24.747.892	1,08%	18.778.342	0,84%	-24,12%
Partes Relacionadas	16.595.427	0,73%	15.919.540	0,71%	-4,07%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26.574.758	1,16%	29.135.948	1,30%	9,64%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	23.732.705	1,04%	26.787.507	1,19%	12,87%
Impostos e Contribuições a Recolher	13.708.647	0,60%	34.449.520	1,53%	151,30%
Dividendos Propostos	2.431.245	0,11%	5.778.760	0,26%	137,69%
Participações Estatutárias	904.316	0,04%	26.369	0,00%	-97,08%
Outros	2.566.512	0,11%	2.689.142	0,12%	4,78%
<b>Passivo Circulante</b>	<b>219.664.471</b>	<b>9,60%</b>	<b>240.630.972</b>	<b>10,71%</b>	<b>9,54%</b>
Empréstimos e Financiamentos	150.219.276	6,56%	130.794.977	5,82%	-12,93%
Partes Relacionadas	80.371.174	3,51%	76.977.692	3,43%	-4,22%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	50.644.041	2,21%	43.665.972	1,94%	-13,78%
Impostos e Contribuições à Recolher	76.003.927	3,32%	71.053.729	3,16%	-6,51%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	222.217.420	9,71%	211.422.940	9,41%	-4,86%
Provisão para Contingências	124.212.562	5,43%	139.262.697	6,20%	12,12%
Plano Previdenciário e Assistencial	75.186.941	3,29%	81.270.962	3,62%	8,09%
Outros	67.908	0,00%	68.307	0,00%	0,59%
Receita Diferida	12.025.060	0,53%	15.489.513	0,69%	28,81%
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>790.948.309</b>	<b>34,56%</b>	<b>770.006.789</b>	<b>34,26%</b>	<b>-2,65%</b>
Capital Social	842.266.638	36,80%	842.266.638	37,48%	0,00%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.326.466	0,80%	19.890.000	0,89%	8,53%
Reserva de Reavaliação	116.798.377	5,10%	109.396.105	4,87%	-6,34%
Ajuste Patrimonial	255.686.620	11,17%	200.984.467	8,94%	-21,39%
Reserva Legal	3.078.888	0,13%	4.149.789	0,18%	34,78%
Reserva para Plano de Investimentos	-	0,00%	7.293.170	0,32%	0,00%
Reservas de Lucros a Realizar	41.740.941	1,82%	52.661.414	2,34%	26,16%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.277.897.929</b>	<b>55,84%</b>	<b>1.236.641.583</b>	<b>55,03%</b>	<b>-3,23%</b>
<b>Passivo</b>	<b>2.288.510.710</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.247.279.344</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,80%</b>



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Ativo****Ativo Circulante:**

O Ativo Circulante diminuiu 5,23%, passando de R\$ 271 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 256,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. O decréscimo deve-se à significativa redução nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários e Partes Relacionadas. A primeira rubrica trata-se das aplicações financeiras da empresa que passaram de R\$ 63,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 22,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. A segunda rubrica representa os créditos da empresa para com os seus acionistas, entre eles o Estado de Santa Catarina, a CELESC e a CODESC. O valor desta rubrica passou de R\$ 3,8 milhões em 31/12/2011 para R\$ 2,6 milhões em 31/12/2012.

**Realizável a Longo Prazo:**

O Ativo Realizável a Longo Prazo diminuiu em 15% na comparação entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, passando de R\$ 268 milhões para R\$ 227,7 milhões. O principal motivo para esta variação foi a expressiva baixa (38%) realizada no Ativo Financeiro da companhia. Essa baixa deu-se em função da pequena possibilidade de sucesso nas ações judiciais impetradas contra municípios que deixaram de ser atendidos pela Casan.

**Permanente:**

O Ativo Permanente ficou praticamente estável de 2011 para 2012, variando apenas 0,76%, ou 13 milhões. O crescimento de 30,35% na rubrica Obras em Andamento foi praticamente compensado pela redução de 2,45% da rubrica Intangível, que representa 67% do grupo Permanente. O incremento em Obras em Andamento deve-se a maior quantidade de obras iniciadas do que finalizadas no ano e a diminuição no valor do Intangível deve-se, sobretudo, à depreciação apurada no período.

**Passivo****Circulante:**

O Passivo Circulante aumentou 9,54% no período, passando de R\$ 219,6 milhões em 2011 para R\$ 240,6 em 31 de dezembro de 2012. O acréscimo foi motivado, sobretudo, pelo aumento na rubrica Impostos e Contribuições a Recolher, a qual recebeu o incremento decorrente da apuração de um maior lucro em relação ao ano anterior.

**Não Circulante ou Exigível a Longo Prazo:**

O Passivo Não Circulante sofreu decréscimo de 2,65% no período, variando de R\$ 790,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 770 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta redução deve-se principalmente à diminuição na rubrica Empréstimos e Financiamentos de longo prazo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Patrimônio Líquido:**

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido da CASAN, reduziu-se para o montante de R\$ 1.236,6 milhões, valor este 3% menor do que o apurado em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.277,8 milhões). Esta redução decorre em maior parte da amortização do valor da rubrica Ajuste Patrimonial, a qual se refere ao Ajuste de Avaliação Patrimonial realizado em 2011.

Resultado do exercício encerrado em 31/12/2012 em relação ao resultado do exercício encerrado em 31/12/2011:

Item	2011	%	2012	%	Variação
Tarifas de Água	481.009.050	80,97%	546.374.008	81,12%	13,59%
Tarifas de Esgoto	95.439.541	16,07%	108.317.737	16,08%	13,49%
Outras	17.609.332	2,96%	18.860.454	2,80%	7,10%
<b>Receita Bruta</b>	<b>594.057.924</b>	<b>100,00%</b>	<b>673.552.199</b>	<b>100,00%</b>	<b>13,38%</b>
<b>Deduções da Receita</b>	<b>- 54.902.803</b>	<b>(9,24)%</b>	<b>- 63.210.011</b>	<b>(9,38)%</b>	<b>15,13%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>539.155.121</b>	<b>90,76%</b>	<b>610.342.188</b>	<b>90,62%</b>	<b>13,20%</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>- 183.407.025</b>	<b>(30,87)%</b>	<b>- 229.906.001</b>	<b>(34,13)%</b>	<b>25,35%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>355.748.096</b>	<b>59,88%</b>	<b>380.436.187</b>	<b>56,48%</b>	<b>6,94%</b>
Com Vendas	- 32.018.603	(5,39)%	- 39.510.552	(5,87)%	23,40%
Gerais e Administrativas	- 244.401.397	(41,14)%	- 252.145.480	(37,44)%	3,17%
Fiscais e Tributárias	- 50.525.224	(8,51)%	- 5.903.930	(0,88)%	-88,31%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>- 326.945.224</b>	<b>(55,04)%</b>	<b>- 297.559.962</b>	<b>(44,18)%</b>	<b>-8,99%</b>
Receitas Operacionais	15.840.718	2,67%	5.397.624	0,80%	-65,93%
Despesas Operacionais	- 6.896.071	(1,16)%	- 31.634.088	(4,70)%	358,73%
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>8.944.647</b>	<b>1,51%</b>	<b>- 26.236.464</b>	<b>(3,90)%</b>	<b>-393,32%</b>
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>37.747.519</b>	<b>6,35%</b>	<b>56.639.761</b>	<b>8,41%</b>	<b>50,05%</b>
Receitas Financeiras	11.737.053	1,98%	8.827.158	1,31%	-24,79%
Despesas Financeiras	- 40.540.917	(6,82)%	- 40.446.769	(6,00)%	-0,23%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>- 28.803.864</b>	<b>(4,85)%</b>	<b>31.619.611</b>	<b>(4,69)%</b>	<b>9,78%</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>8.943.655</b>	<b>1,51%</b>	<b>25.020.150</b>	<b>3,71%</b>	<b>179,75%</b>
Receitas não Operacionais	939.812	0,16%	920.570	0,14%	-2,05%
Despesas não Operacionais	- 34.155	(0,01)%	- 6.043.508	(0,90)%	17594,36%
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>905.657</b>	<b>0,15%</b>	<b>- 5.122.938</b>	<b>(0,76)%</b>	<b>-665,66%</b>
<b>Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social</b>	<b>9.849.312</b>	<b>1,66%</b>	<b>19.897.212</b>	<b>2,95%</b>	<b>102,02%</b>
Provisão para Imposto de Renda	- 961.000	(0,16)%	- 10.106.232	(1,50)%	951,64%
Provisão para Contribuição Social	- 372.479	(0,06)%	- 3.838.222	(0,57)%	930,45%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.141.464	0,19%	10.794.480	1,60%	845,67%
Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	- 875.491	(0,15)%	4.670.786	0,69%	633,50%
<b>Provisões de Impostos</b>	<b>- 1.067.506</b>	<b>(0,18)%</b>	<b>1.520.812</b>	<b>0,23%</b>	<b>242,46%</b>
<b>Lucro Antes das Participações</b>	<b>8.781.806</b>	<b>1,48%</b>	<b>21.418.024</b>	<b>3,18%</b>	<b>143,89%</b>
<b>Participações em Resultados</b>	<b>- 878.181</b>	<b>(0,15)%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>7.903.626</b>	<b>1,33%</b>	<b>21.418.024</b>	<b>3,18%</b>	<b>170,99%</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>715.094.432</b>		<b>715.094.432</b>		<b>0,00%</b>
<b>Lucro/Prejuízo por Ação</b>	<b>0,01105</b>		<b>0,02995</b>		<b>170,99%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Receita:**

A Receita Operacional Líquida da CASAN aumentou R\$ 71,2 milhões, ou 13,2%, passando de R\$ 539 milhões em 2011 para R\$ 610 milhões em 2012. A Receita Bruta aumentou R\$ 79,5 milhões, ou 13,4%, passando de R\$ 594 milhões em 2011 para R\$ 673,6 milhões em 2012.

A Receita Bruta com tarifas de Água em 2012 aumentou 13,6%, passando de R\$ 481 milhões em 2011 para R\$ 546,4 milhões em 2012. Esse aumento deveu-se ao incremento de 1,32% no número de ligações de água no período, ao incremento do consumo por ligação e ao reajuste de 8,6% aplicado às tarifas em 2012.

A Receita Bruta com tarifas de Esgoto em 2012 aumentou 13,49%, passando de R\$ 95,4 milhões em 2011 para R\$ 108,3 milhões em 2012. O incremento observado ocorreu em função do crescimento de 1,71% no número de ligações de esgoto no período, do crescimento do consumo por ligação e, seguindo a equiparação da tarifa de esgoto à tarifa de água, do reajuste de 8,6% aplicado em 2012.

Além disso, a Receita com Serviços de Água e Esgoto cresceu 7,1% em 2012, passando de R\$ 17,6 para R\$ 18,9 milhões. Em linhas gerais, esse aumento foi ocasionado pelo forte crescimento nas receitas de novas ligações de água.

**Custo dos Serviços Prestados:**

O Custo dos Serviços Prestados pela CASAN em 2012 foi R\$ 46,5 milhões superior ao ano anterior, ou 25,4% maior, passando de R\$ 183,4 milhões em 2011 para R\$ 183,4 milhões em 2012. Essa elevação foi impulsionada pelos crescimentos nas despesas com Material de Tratamento e Energia Elétrica e com a Amortização do Intangível. Como percentual da Receita Bruta, o Custo dos Serviços Prestados aumentou de 30,9% em 2011, para 34,1% em 2012.

**Lucro Bruto:**

Como resultado dos fatores comentados acima, o Lucro Bruto em 2012 aumentou R\$ 24,7 milhões, passando de R\$ 355,7 milhões em 2011 para R\$ 380,4 milhões em 2012, ou seja, 6,94% de acréscimo. Como percentual da Receita Bruta, o Lucro Bruto reduziu de 59,9% em 2011 para 56,5% em 2012.

**Despesas com Vendas:**

As Despesas Operacionais com Vendas apresentaram aumento em 2012 de R\$ 7,5 milhões, ou 23,4%, passando de R\$ 32 milhões em 2011 para R\$ 39,5 milhões em 2012. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas com Vendas aumentaram de 5,4% em 2011, para 5,9% em 2012. O aumento em Despesas com Vendas decorreu principalmente do crescimento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e da correção efetuada na alocação das tarifas bancárias sobre faturas emitidas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Despesas Gerais e Administrativas:**

As Despesas Gerais e Administrativas foram elevadas em R\$ 7,7 milhões, ou 3,2%, passando de R\$ 244,4 milhões em 2011 para R\$ 252,1 milhões em 2012. Este acréscimo é decorrente do crescimento das despesas com Previdência Privada e com os impostos/contribuições incidentes sobre a Receita. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas Gerais e Administrativas diminuíram de 41,1% em 2011, para 37,4% em 2012.

### **Outras Receitas e Despesas Operacionais:**

Em 2012, o saldo líquido das Outras Receitas e Despesas Operacionais decresceu R\$ 35,1 milhões, ou 393,3%, passando de uma Receita Líquida de R\$ 8,9 milhões em 2011 para uma Despesa Líquida de R\$ 26,2 milhões em 2012. A oscilação nas Receitas decorre da variação que ocorreu nas Receitas de Recuperação de Causas Cíveis, que foi R\$ 11,1 milhões maior em 2011 do que em 2012. Além disso, em 2012 houve uma significativa provisão (R\$ 24,6 milhões) Cível sem correspondente valor em 2011.

### **Resultado Financeiro:**

O Resultado Financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas (ou ganhos) cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com valores mobiliários (bonificações, dividendos e juros), descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a pagar e a receber. A Despesa Financeira Líquida cresceu de R\$ 28,8 milhões em 2011 para R\$ 31,6 milhões em 2012, o que representa 9,8% de incremento.

As Despesas Financeiras passaram de R\$ 40,5 milhões em 2011 para R\$ 40,4 milhões em 2012, ou 0,2% de redução. As Receitas Financeiras que fecharam 2011 na ordem de R\$ 11,7 milhões reduziram-se para R\$ 8,8 milhões em 2012, redução de 20,8%.

### **Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:**

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi representado em 2012 por um Lucro de R\$ 19,9 milhões, valor 102% maior que o Lucro apurado em 2011 (R\$ 9,8 milhões).

### **Imposto de Renda e Contribuição Social:**

O Resultado Líquido das provisões com esses impostos (incluindo os impostos diferidos) em 2012 ficou positivo em R\$ 1,5 milhão, diante do R\$ 1 milhão negativo apurado no exercício de 2011.

O Imposto de Renda apurado no exercício passou de R\$ 0,9 milhão em 2011 para R\$ 10,1 milhões em 2012; crescimento de 951,6%. O mesmo ocorreu com a Contribuição Social, que passou de R\$ 0,3 milhão para R\$ 3,8 milhões, um crescimento de 930,5%.

O crescimento nos valores de impostos diferidos decorre, entre outros fatores, da realização da Avaliação de Ajuste Patrimonial realizada em 2011 e da elevação no valor da Provisão para Devedores Duvidosos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Lucro Líquido:**

Como resultado dos fatores descritos acima, o Lucro Líquido de R\$ 21,4 milhões apurado em 2012 foi 171% maior que o Lucro Líquido de R\$ 7,9 milhões apurado em 2011. Como percentual da Receita Bruta, o resultado do verificado em 2012 corresponde a 3,2%.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 Os diretores devem comentar:****a) resultados das operações do emissor, em especial:**

- i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**
- ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

a) a recomposição tarifária no exercício de 2012, embora tenha sido da ordem de 8,6%, a receita bruta no mesmo período teve um crescimento da ordem de 13,3%. A receita operacional líquida de R\$ 610,3 milhões em 2012, teve um acréscimo de 13,20% em relação ao ano de 2011.

Os custos dos serviços prestados tiveram um acréscimo de 25,35%% em relação ao ano anterior, representado principalmente pelo aumento nas despesas de pessoal e serviços prestados por terceiros.

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Reajuste tarifário de 8,6% e um incremento de 25.584 novas ligações que foram atendidas com abastecimento de água, e de 23.340 novas ligações que foram integradas a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

O impacto no resultado financeiro foi da ordem de 6,9%, passando de R\$ 29,5 milhões no ano de 2011, para R\$ 31,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não aplicável à Casan

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Não houve.

**c) eventos ou operações não usuais.**

Não houve.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449 ("MP nº 449/08"), convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram a preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram adotadas pela segunda vez na companhia de conformidade com as IFRS.

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012 foram auditadas pela Audimec Auditores Independentes S/S que emitiu parecer sem ressalva.

**OPINIÃO SEM RESSALVA**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**ÊNFASE**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº 1, alínea (i) e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

**Transações em moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

**Provisões para contingências****a) Contingências trabalhistas**

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 12.327 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.635 em 31 de dezembro de 2011) em face de eventuais perdas nesses processos.

**b) Contingências cíveis**

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisionamento do valor de R\$ 26.808 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.450 em 31 de dezembro de 2011). Os outros R\$100.000, referem-se ao provisionamento referente ao processo 023.05.002648-0 (Embargos à Execução 023.05.031122-3), conforme descrito na nota explicativa nº20.

**c) Contingências fiscais**

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2012.

**Ativo Financeiro**

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 405,6 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica "Ativo Financeiro".

**Plano previdenciário/Benefícios a empregados****a) Benefícios previdenciários**

Os valores a serem reconhecidos no balanço patrimonial são como segue:

	<u>31 dez 2012</u>	<u>31 dez 2011</u>
<u>Plano CASANPREV</u>		
Valor presente das obrigações de benefício definido financiadas	132.059	112.251
Valor justo dos ativos do plano	(59.974)	(28.421)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>(9.186)</u>	<u>8.643</u>
Passivo líquido a ser reconhecido para obrigações de benefício definido financiadas	<u>81.271</u>	<u>75.187</u>

**Plano CASANPREV**

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

**Ativos do plano**

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

**b) Participação nos lucros e resultados**

No Acordo Coletivo 2011/2012 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados da Companhia é o equivalente a 5% dos lucros da Companhia.

**Receita diferida**

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O montante de R\$15.489 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 12.025 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem realizadas nas localidades do Maciço do Morro da Cruz, Campeche, Videira e São Miguel do Oeste.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:*****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.***

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatório o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

***b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.***

O trabalho da auditoria independente realizado na CASAN limita-se a expressar opinião sobre as demonstrações contábeis emitidas pela Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

***a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

***b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.***

***c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

***a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:***

- i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
- ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
- iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
- iv) contratos de construção não terminada.**
- v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.
- b) natureza e o propósito da operação.
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.